

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")										R\$ 1,00
Identificação dos Recursos	Disp. de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disp.de Cx.Liq. (antes da Inscr. em RPNP do exerc.)¹	RP Emp. e Não Liq. do Exerc.	Emp. não Liq. Canc. (não inscr. por insuf. financ.)	Disp.Cx.Liq. (após a Inscr. em RPNP do exerc.)	
		RP Liquidados e Não Pagos		RP Emp. e Não Liq. de Exerc. Ant.	Demais Obrig. Financ.					
		De Exer.Ant.	Do Exerc.							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))	(g)		(h)=(f-g)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.138.606,95	64.038,54	172.416,75	445.487,18	-	456.664,48	456.664,48	-	-	
Recursos Ordinários	1.138.606,95	64.038,54	172.416,75	445.487,18	-	456.664,48	456.664,48	-	-	
0100 - Recursos Ordinários	1.138.606,95	64.038,54	172.416,75	445.487,18	-	456.664,48	456.664,48	-	-	
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	106.878,83	-	-	-	106.878,83	-	-	-	-	
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social do Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0169 - Contribuição Patronal p/Plano Seg. social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Recursos Vinculados	106.878,83	-	-	-	106.878,83	-	-	-	-	
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário									-	
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0153 - Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0190 - Recursos Diversos	106.878,83	-	-	-	106.878,83	-	-	-	-	
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0350 - Rec. Não-Fin. Diret.Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	1.245.485,78	64.038,54	172.416,75	445.487,18	106.878,83	456.664,48	456.664,48	-		

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. Na coluna Disponibilidade de Caixa Bruta foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 684.993,26.

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 23.01.2020 às 18:00 horas.

ANEXO 2

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4.			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO/2019			R\$ 1,00
		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		99.014.744,72	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)		9.700.540,19	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		89.314.204,53	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		905.658.589.594,29	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre RCL (V) = (III / IV) * 100		0,009862%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,016682%	151.081.965,92
	Resol. CNJ 5/2005 - Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 478 de 26.09.05	0,016665%	150.928.003,96
	Resol. CNJ 26/2006 - Ato decorrente \2: NÃO TEM.	-	-
	Resol. CNJ 177/2013 - Ato Decorrente \2: Portaria TSE nº 385 de 22.08.13	0,016634%	150.647.249,79
	Justiça do Trabalho - Ato Conjunto TST.CSJ/T/2015 \3	-	

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

GIANE DUARTE COÊLHO MOURA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

De acordo.

FILIPE LÔBO GOMES
Diretor-Geral

Des.PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 19.320, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e §2 do art.55 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art.1 Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 3º Quadrimestre de 2019, em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9.4, na forma de seus anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA



ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A	
	LIQUIDADAS														PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)	
	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.172.887,35	12.520.934,69	12.805.200,84	12.570.591,50	12.723.228,33	12.851.643,69	12.539.360,39	12.714.405,87	12.514.736,24	12.687.800,80	19.094.354,22	20.233.845,16	169.428.989,08	327.707,44		
Pessoal Ativo	13.077.427,39	10.416.807,42	10.686.106,60	10.443.579,25	10.595.250,39	10.747.967,20	10.374.125,97	10.571.342,20	10.371.672,57	10.523.081,11	15.873.966,71	18.068.631,11	141.749.957,92	327.707,44		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.691.703,49	8.989.435,75	9.267.569,55	9.080.658,63	9.212.036,59	9.379.061,18	8.998.727,68	9.189.187,65	8.992.425,43	9.141.706,09	13.110.691,92	16.649.231,44	123.702.435,40	327.707,44		
Obrigações Patronais	1.385.717,50	1.427.365,27	1.418.530,65	1.362.914,22	1.383.207,40	1.368.899,62	1.375.391,89	1.382.148,15	1.379.240,74	1.381.368,62	2.763.268,39	1.419.393,27	18.047.445,72	0,00		
Benefícios Previdenciários	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	76,80	0,00		
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.095.459,96	2.104.127,27	2.119.094,24	2.127.012,25	2.127.977,94	2.103.676,49	2.165.234,42	2.143.063,67	2.143.063,67	2.164.719,69	3.220.387,51	2.165.214,05	27.679.031,16	0,00		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.628.301,21	1.785.204,17	1.791.018,66	1.791.018,66	1.791.018,66	1.766.717,37	1.790.749,84	1.779.492,44	1.779.492,44	1.801.148,46	2.663.485,45	1.801.642,82	23.169.290,18	0,00		
Pensões	467.156,67	318.921,02	328.073,50	335.991,51	336.957,20	336.957,20	374.482,66	363.569,31	363.569,31	363.569,31	556.900,14	363.569,31	4.509.717,14	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	1,92	1,92	1,92	1,92	1,92	1,92	1,92	23,84	0,00		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.095.459,96	2.104.127,27	2.191.172,86	2.132.724,56	2.127.977,94	2.106.771,82	2.165.234,42	2.143.063,67	2.143.063,67	2.164.719,69	1.814.007,40	12.398,75	24.200.722,01	2.323,00		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	72.078,62	5.712,31	0,00	3.095,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.398,75	93.285,01	2.323,00		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.095.459,96	2.104.127,27	2.119.094,24	2.127.012,25	2.127.977,94	2.103.676,49	2.165.234,42	2.143.063,67	2.143.063,67	2.164.719,69	1.814.007,40	0,00	24.107.437,00	0,00		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.077.427,39	10.416.807,42	10.614.027,98	10.437.866,94	10.595.250,39	10.744.871,87	10.374.125,97	10.571.342,20	10.371.672,57	10.523.081,11	17.280.346,82	20.221.446,41	145.228.267,07	325.384,44		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	905.658.589.594,29	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	145.553.651,51	0,016072
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	242.634.992,74	0,026791
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	230.503.243,10	0,025451
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	218.371.493,46	0,024112

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA , Data da emissão 21/Jan/2020 e hora de emissão 16:39h.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21/01/2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

				R\$ 1,00	
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				169.756.696,52	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				24.203.045,01	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				145.553.651,51	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				905.658.589.594,29	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,016072%	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			% DA RCL	VALOR
				0,026868%	243.332.349,85
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,026841%	243.087.822,03
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,026791%	242.634.992,74
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				-	

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA. Data da emissão 21/Jan/2020 e hora de emissão 16:39h.

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a - (b + c + d + e))	(g)	(h) = (f-g)			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	3.794.482,18	77.139,38	153.421,74	297.639,99	0,00	3.266.281,07	3.266.281,07	0,00	0,00	

Recursos Ordinários	3.794.482,18	77.139,38	153.421,74	297.639,99	0,00	3.266.281,07	3.266.281,07	0,00	0,00
0100 - Recursos Ordinários	3.794.482,18	77.139,38	153.421,74	297.639,99	0,00	3.266.281,07	3.266.281,07	0,00	0,00
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.152.694,09	3.820,18	0,00	3.845,00	596.356,14	1.548.672,77	840.000,00	0,00	708.672,77
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	2.152.694,09	3.820,18	0,00	3.845,00	596.356,14	1.548.672,77	840.000,00	0,00	708.672,77
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	7.665,18	3.820,18	0,00	3.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	1.548.672,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.548.672,77	840.000,00	0,00	708.672,77
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0190 - Recursos Diversos	596.356,14	0,00	0,00	0,00	596.356,14	0,00	0,00	0,00	0,00
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	5.947.176,27	80.959,56	153.421,74	301.484,99	596.356,14	4.814.953,84	4.106.281,07	0,00	708.672,77

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA. Data da emissão 21/Jan/2020 e hora de emissão 16:39h.

Notas:

- \1 O modelo estabelecido na 8ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
- \2 Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
- \3 Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 2.845.453,26.

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6	R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	905.658.589.594,29

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	145.553.651,51	0,016072
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	242.634.992,74	0,026791
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	230.503.243,10	0,025451
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	218.371.493,46	0,024112

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	4.106.281,07	708.672,77

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA. Data da emissão 21/Jan/2020 e hora de emissão 16:39h.

ANDERSON ARAÚJO DOS SANTOS
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituto

RUI ALBERTO BATISTA DA SILVA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

OSMAR NELSON ELLERY FROTA
Diretor Geral

ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 3, DE 28 DE JANEIRO 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o disposto no caput do artigo 48, no inciso III do artigo 54 e no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2019 e, conjuntamente, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO BRANDÃO DE OLIVEIRA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00													
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas Em Restos a Pagar
	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	Não Processados¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.851.723	37.381.199	37.266.078	37.305.143	36.963.154	37.179.598	37.069.022	37.114.147	37.315.545	36.848.033	56.731.233	43.126.162	485.151.044	234.835
Pessoal Ativo	32.813.411	25.210.136	25.229.082	25.135.960	24.912.698	25.139.681	24.970.147	25.132.221	24.948.726	24.729.552	38.482.141	29.672.976	326.376.736	234.835
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	29.044.823	21.434.788	21.454.339	21.409.782	21.182.351	21.399.849	21.210.899	21.366.767	21.222.571	21.016.817	31.018.748	25.945.653	277.707.393	234.835
Obrigações Patronais	3.768.588	3.775.348	3.774.743	3.726.177	3.730.346	3.739.832	3.759.248	3.765.453	3.726.155	3.712.735	7.463.392	3.727.322	48.669.343	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.038.311	12.171.063	12.036.996	12.169.183	12.050.456	12.039.916	12.098.875	11.981.926	12.366.818	12.118.480	18.249.092	13.453.186	158.774.307	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	11.769.196	7.870.843	7.832.627	7.861.164	7.837.804	7.845.125	7.841.281	7.770.472	7.922.927	7.910.355	11.902.547	7.879.386	102.243.733	-
Pensões	6.269.115	4.300.219	4.204.368	4.308.018	4.212.651	4.194.791	4.257.593	4.211.453	4.443.891	4.208.125	6.346.545	5.573.800	56.530.574	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														